



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria da Fazenda

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 133/2015

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

0136ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM: 11/11/2014

PROCESSO Nº 1/1041/2011

AI: 1/2011.00991-4

RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

RECORRIDA: DM TEXTIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

CONSELHEIRO RELATOR: PEDRO ELEUTÉRIO DE ALBUQUERQUE

EMENTA: ACUSAÇÃO DE FALTA DE ENTREGA DE MERCADORIA SEM SELO FISCAL DE TRÂNSITO. COMPROVAÇÃO DA ENTREGA DAS MERCADORIAS AOS DESTINATÁRIOS. AUTO DE INFRAÇÃO JULGADO IMPROCEDENTE.

- 1. Uma vez comprovado que as mercadorias foram entregues aos seus destinatários e que o transporte para outro Estado da Federação ficou a cargo dos adquirentes, não há como se atribuir infração fiscal ao vendedor da mercadoria.**
- 2. Auto de infração julgado IMPROCEDENTE.**
- 3. Recurso Oficial conhecido e improvido, por unanimidade de votos.**
- 4. Decisão de acordo com o Parecer da Procuradoria Geral do Estado.**

RELATÓRIO

Trata-se de auto de infração lavrado sob o fundamento de que **DM TEXTIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA** emitiu documentos fiscais de operações interestaduais sem, contudo, a devida aposição do selo fiscal de trânsito, restando assim relatada a infração:

"ENTREGAR, TRANSPORTAR, RECEBER, ESTOCAR OU DEPOSITAR MERCADORIA ACOMPANHADA DE DOCUMENTO FISCAL SEM SELO FISCAL DE TRÂNSITO.

CONSTATAMOS QUE A EMPRESA EM PAUTA EFETUOU VENDAS INTERESTADUAIS, SEM QUE AS OPERAÇÕES TENHAM SIDO DEVIDAMENTE REGISTRADAS PELO SISTEMA/COMETA NO DECORRER DO EXERCÍCIO DE 2008 MULTA 20% (VINTE POR CENTO) DO VALOR DAS OPERAÇÕES. VER RELAÇÃO DE DOCUMENTOS. ANEXA E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES."

O auto de infração foi julgado improcedente pela 1ª Instância Administrativa, tendo em vista que foi verificado que em todos os documentos fiscais objeto da autuação consta o canhoto da nota fiscal devidamente assinado pelo destinatário da mercadoria, ficando claro que a responsabilidade pelo transporte da mercadoria para o estabelecimento localizado fora do Estado do Ceará ficou a cargo do adquirente da mercadoria e não da empresa autuada.

Face a isto, houve recurso de ofício.

A empresa Recorrida apresentou contra-razões ao recurso oficial, por meio da qual pugnou pela improcedência da autuação citando jurisprudência aplicável ao caso.

A Consultoria Tributária apresentou parecer por meio do qual opinou pela confirmação da decisão absolutória proferida pela 1ª Instância Administrativa, parecer este que foi adotado pela Procuradoria Geral do Estado.

É o relatório.

VOTO

Conforme se infere da análise dos presentes autos, trata-se de acusação de remessa de mercadoria sem o selo fiscal de trânsito em operações de vendas interestaduais.

Ocorre que, conforme restou muito bem evidenciado pela decisão da 1ª instância administrativa, no caso em questão a acusação fiscal não tem como prosperar, isto porque, em todos os documentos fiscais objeto do auto de infração, consta a assinatura do destinatário da mercadoria, bem como a informação de que o transporte da mercadoria para o estabelecimento em outro Estado da Federação seria de responsabilidade do próprio adquirente da mercadoria.

Assim, não há que se falar em conduta infração por parte da empresa Recorrida, na medida em que o transporte da mercadoria ficou a cargo dos adquirentes das mercadorias, não podendo, portanto, a empresa Recorrida ser responsabilizada pela eventual internação da mercadoria no Estado do Ceará.



Ademais, cumpre mencionar que conforme muito bem esclarecido na decisão recorrida, a falta de registro das notas fiscais no sistema COMETA consiste apenas num mero indício de irregularidade, o qual no caso em questão foi afastado em virtude da comprovação de que as mercadorias foram todas entregues aos seus destinatários.

Nesse contexto, VOTO para que se conheça do Recurso Oficial e lhe seja NEGADO PROVIMENTO, para que seja mantida a decisão absolutória proferida pela 1ª Instância Administrativa.


DECISÃO

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente **CÉLULA DE JULGAMENTO DA 1ª INSTÂNCIA** e recorrida **DM TEXTIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Decisão:** A 1ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, após conhecer do recurso interposto, resolve por decisão unânime, negar provimento ao recurso, para confirmar a decisão ABSOLUTÓRIA recorrida, nos termos do voto do Conselheiro Relator, conforme parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado. Presente à Câmara o representante legal da autuada, Dr. Ivan Lúcio Falcão.

SALA DAS SESSÕES, em Fortaleza, aos 05 de 02 de 2015.


Francisca Marta de Sousa
Presidente



Matheus Viana Neto
Procurador do Estado


Francisco José de Oliveira Silva
Conselheiro


Anneline Magalhães Torres
Conselheira


Alexandre Mendes de Sousa
Conselheiro


Vanessa Albuquerque Valente
Conselheira


Francisco Vanildo Almeida de França
Conselheiro


José Gonçalves Feitosa
Conselheiro


Manoel Marcelo Augusto Marques Neto
Conselheiro


Pedro Eleutério de Albuquerque
Conselheiro Relator